

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

Ofício nº 0115-17

Itaquí(RS), 13 de março de 2017.

Exmº Sr. Vereador
IGOR BICCA ARDAIS
Presidente da Câmara de Vereadores
Palácio Rincão da Cruz
Rua Dr. João Sisonando Dubal Goulart, nº 942
Bairro: Centro
CEP: 97650-000
Itaquí – RS

Assunto: Mensagem retificativa - Projeto de Lei nº 005-17.

Senhor Presidente.


Ao cumprimentar Vossa Excelência, vimos encaminhar **mensagem retificativa** ao Projeto de Lei nº 005-17, de 23-02-2017, tendo em vista a necessidade de adequações no referido projeto.

Solicitamos, em conformidade com o disposto no Artigo 147, do Regimento Interno dessa Casa Legislativa, que a tramitação do presente Projeto de Lei ocorra em Regime de Urgência Urgentíssima.

Colocamo-nos a disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Respeitosamente.


Jarbas da Silva Martini
Prefeito

Câmara de Vereadores de Itaquí
Secretaria

Recebi em: 13 / 03 / 17
Horário: 12.20
Ass.: Pedro

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 005, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017

Autoriza o Poder Executivo a proceder a contratação temporária, de excepcional interesse público, de Auxiliar de Serviços Gerais e Cozinheira.

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a contratar, por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, as funções a seguir descritas:

Funções	Quantidade	Vencimento Mensal	Carga Horária
Auxiliar de Serviços Gerais	12	R\$ 368,76	40 hs semanais
Cozinheiro	13	R\$ 552,15	40 hs semanais

§ 1º As atribuições dos contratados no exercício das funções acima descritas são as constantes no anexo que faz parte integrante da Lei Municipal nº 1.755/1990.

§ 2º A remuneração dos contratados será complementada, se for o caso, para atender à previsão constante do inciso VII, do Art. 7º da Constituição Federal.

Art. 2º Os contratos terão vigência de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Único. O Poder Executivo Municipal, a qualquer tempo, poderá rescindir o contrato emergencial, observada a necessidade e o interesse público.

Art. 3º Os contratos temporários de excepcional interesse público são de natureza administrativa e asseguram aos contratados os direitos estabelecidos no art. 244, da Lei Municipal nº 1.751/1990.

Art. 4º As contratações serão realizadas através de Processo Seletivo Simplificado já existente.

Parágrafo Único. Aos contratados na forma desta lei fica assegurado também:

I – O direito de percepção do adicional por atividade insalubre, desde que cumpridas as exigências previstas nas Leis Municipais nºs 1.751/1990; 2.243/1996 e no Laudo Técnico Pericial do Município;

II – O direito de percepção do vale-transporte, desde que cumpridas as exigências previstas na Lei Municipal nº 2.111/94 e no Decreto nº 2.966/95.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 23 de fevereiro de 2017.


JARBAS DA SILVA MARTINI
Prefeito



PROJETO DE LEI Nº 005-17, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

JUSTIFICATIVA

Estamos encaminhando o presente Projeto de Lei, que tem como objetivo a indispensável autorização legislativa, para a contratação temporária de 12(doze) Auxiliares de Serviços Gerais e de 13(treze) Cozinheiras, para atender o excepcional interesse público, a fim de compor a equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação.

Justifica-se o pedido de contratação temporária de Auxiliares de Serviços Gerais e de Cozinheiras, pela imperiosa necessidade de serviço junto a Secretaria Municipal de Educação, face à inexistência de concursados para suprir a imensa demanda nas Escolas de Educação Infantil e Fundamental do Município de Itaqui.

Informamos ainda que devido a troca de Administração, estamos analisando todo o quadro funcional de servidores, visando o aproveitamento ao máximo de cada setor, assim que possível realizaremos Concurso Público para suprir todas as demandas necessárias.

A contratação temporária de 12(doze) Auxiliares de Serviços Gerais e de 13(treze) Cozinheiras, visa garantir a realização de serviços de cozinha, limpeza, manutenção e conservação, indispensáveis para o funcionamento das Escolas Municipais de Educação Infantil e Fundamental do Município.

São estas as razões que justificam o presente projeto de lei.

Gabinete do Prefeito, em 23 de fevereiro de 2017.


JARBAS DA SILVA MARTINI
Prefeito